Ewé Lati Wosan (Folha para curar): Museu Digital sobre a Memória do Saber-Fazer de utilização das ervas como forma de cuidado e cura pelos religiosos de terreiros do Candomblé

Daniela Moreira de Jesus
Museu Digital sobre a Memória do Saber-Fazer | Salvador, BA, Brasil
pesquisaposafro@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe234274

resumo Este artigo reflete sobre a constituição da categoria Museu Digital e como este está sendo utilizado como uma importante ferramenta para a salvaguarda e preservação da memória e patrimônio dos Povos Tradicionais de Terreiro, os quais tem construído museus digitais para a preservação e difusão das suas memórias. Posteriormente, trouxe delineamentos da pesquisa da autora, que está em andamento no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da UFBA. A pesquisa tem como objetivo principal a criação de um Museu digital colaborativo sobre o saber-fazer de utilização das Ervas no processo de cuidado e cura nos Terreiros de Candomblé das cidades de Cachoeira e São Félix, Recôncavo da Bahia.

palavras-chave museu digital; patrimônios africano e afro-diaspóricos; ervas

Ewé Lati Wòsàn (Sheet to heal): Digital Museum on the Memory of Knowledge and Practice of using Herbs as a form of care and healing by the religious people of Terreiros de Candomblé

abstract This article reflects on the constitution of the Digital Museum and how it is being used as an important tool for safeguarding and preserving the memory and heritage of the Traditional Peoples of Terreiro, who have built digital museums for the preservation and dissemination of their memories. Subsequently, it brought outlines of the author's research, which is ongoing in the Multidisciplinary Postgraduate Program in Ethnic and African Studies, at UFBA. The main objective of the research is to create a collaborative digital Museum about the know-how of using Herbs in the care and healing process in Terreiros de Candomblé in the cities of Cachoeira and São Félix, Recôncavo da Bahia.

keywords digital museum; african and afro-diasporic; heritages; herbs

Introdução

"Ewé Lati Wòsàn (Folha pra curar): Museu Digital sobre a Memória do Saber-Fazer de utilização das Ervas como forma de cuidado e cura pelos religiosos de Terreiros de Candomblé" é o título da pesquisa doutoral, realizada por Daniela Moreira, em andamento no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da UFBA. A pesquisa tem como principal objetivo a criação de um museu digital para a preservação e difusão dos saberes dos sujeitos colaboradores, Yalorixás, Babalorixás e filhos dos Terreiros localizados nas cidades de Cachoeira e São Félix[1], colhidos durante a pesquisa de campo através de observações, diálogos e entrevistas.

[1] As cidades de Cachoeira e São Félix, localizadas a 110 km de Salvador (BA) apresentam, respectivamente, uma população de 33.782 hab. e 14.099 hab. (IBGE, 2010), com 48 Terreiros de Candomblé em Cachoeira e 22 em São Félix. (VELAME, 2013).

A pesquisa teve como motivação inicial a preservação da herança patrimonial Africana das práticas litúrgicas e comunitárias de saúde, que se orientam pelo modo de ser e de agir de seus integrantes no campo religioso, utilizando as ervas nos processos de cuidado e cura, tanto física como espiritual. A cosmovisão particular dos sujeitos religiosos de Axé entende que corpo, mente e o espiritual não podem ser vistos de forma separada, portanto, quando algo está desalinhado, estes três aspectos devem receber atenção em conjunto.

O Museu pretende contar com um sistema aberto e colaborativo, tendo como meta inicial a recepção das informações coletadas através da pesquisa de campo realizada nas cidades de Cachoeira e São Félix - BA. Porém, a expectativa é que o Museu Digital receba informações de outros Terreiros, de qualquer parte do país, que estejam dispostos a fornecê-las. A criação desse acervo também é importante na medida que criará um banco de dados sobre as ervas, trazendo o estudo taxonômico, fornecendo um conhecimento mais amplo sobre a potencialidade de uso de cada erva, via investigação empírica e laboratorial. Neste sentido, este estudo pode contribuir para que a população em geral tenha acesso a potencialidade que é o terreiro de candomblé e todo conhecimento fornecido por ele através da utilização das ervas. Pode também contribuir para melhorar o cenário racista que coloca os terreiros em um lugar depreciativo, em que os filhos e filhas de santo são pessoas propensas a fazer o mal através da sua religião.

Museu Digital: salvaguarda e difusão das memórias afro-diaspóricas

O museu, enquanto instituição, tem origem na Grécia antiga, no templo das nove musas, as filhas de Zeus com Mnemosine, a divindade da memória. O *Mouseion* se torna um espaço direcionado para diferentes saberes das artes e das ciências, onde o direcionamento era a educação e a contemplação.

Mesmo com a grande expansão do museu como espaço de educação, aberto ao público, direcionado para o estudo e a ciência, este só recebeu a primeira definição há pouco mais de 70 anos, tendo o seguinte texto:

> Museu é um estabelecimento de caráter permanente administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar, de diversas maneiras, conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos, aquários. (Nova Definição de Museus: o que muda?)

Assim como em muitas áreas do conhecimento, as definições e conceitos podem sofrer mudanças e alterações de acordo com a época vivida, e as definições de museu seguem essa linha. Deste modo, no ano de 2007, durante a 21ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, em Viena, na Áustria, a definição de museu foi atualizada, estabelecendo que:

> O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da

> sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (Aprovada nova definição de museu, 2022)

Após 16 anos, uma nova definição é aprovada em agosto de 2022, durante a 26ª Conferência Geral do ICOM, e instituiu que:

> Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento. (Aprovada nova definição de museu, 2022)

De acordo com o site do ICOM Portugal, o evento foi guiado pelo lema O Poder dos Museus, quando foram debatidos "[...] os grandes temas que fazem a agenda da atualidade: a sustentabilidade e a resiliência, a inclusão, ética e responsabilidade social, os desafios das novas tecnologias" (Monge, 2022).

Esta nova definição abre pressuposto para diversas discussões, mas, nos atendo ao que propõe este artigo, é importante dizer que, mesmo o evento tendo debatido sobre as novas tecnologias, a nova definição sobre museu não traz um direcionamento sobre museus digitais/virtuais. Neste sentido:

> [...] o conceito de museu descrito pelo ICOM parece necessitar de uma nova revisão, pois as transformações no modo de construção das informações de museus em ambientes virtuais geraram novas denominações, proporcionando ambientes digitais de exposição (Santos e Lima, 2014: 58).

Mesmo sendo uma observação para a versão antiga da definição de museu, que tinha sido atualizada em 2007, esta ressalva de Santos e Lima descreve a definição atual de 2022. Já no ano de 2004, Rosali Henriques (2004:2) chama a atenção para o fato do ICOM não ter um comitê para trabalhar as relações do digital e o museu, sendo as discussões sobre as novas tecnologias realizadas pelo CIDOC – International Committee for Documentation, que é o comitê de documentação.

Em visita ao site do ICOM, podemos verificar que ainda não há um comitê para tratar das relações entre o museu e sua existência no âmbito digital. É o CIDOC que direciona as discussões, mas, ainda assim, parece não ter havido um diálogo em torno do assunto, ficando a nova definição do que é o museu sem proporcionar um avanço sobre as novas formas, nem tão novas, de preservação do patrimônio, que é o meio digital.

Neste sentido, o que os museus digitais vêm usando como forma de organizar e expor em seus espaços virtuais levam em consideração os museus já existentes em espaços físicos, reproduzindo o que eles são. E isso leva ao que Henriques (2018:68) chamou de *simulacros de museus*, colocando que:

> No nosso entendimento, um dos méritos dos museus virtuais, além de poderem interagir de forma mais dinâmica com o seu público, é questionar o conceito de que para ser museu é necessário ter um edifício. Nesse sentido, os museus virtuais ou os sites de museus que têm esse tipo de apresentação continuam a reforçar esta ideia, podendo tornar-se simulacros de museus. O que podemos definir como museu virtual é aquele que faz da Internet espaço de interação através de ações museológicas com o seu público utilizador.

Sendo assim, é importante pontuar que não há como fazer um comparativo entre museus físicos e museus virtuais. Também não é possível, e não queremos que seja, uma adequação plena aos moldes de um museu físico: os suportes são outros, a acessibilidade é outra, a forma do público lidar com ambos os espaços é única.

Seria ingênuo comparar ou equiparar uma instituição que está nascendo a uma que existe há milênios e que, em termos espaciais e físicos, já se consolidou no imaginário dos sujeitos, tenham eles visitado ou não um museu. Assim, uma questão

> [...] que é pertinente quando discutimos o conceito de museu virtual é entender a concepção utilizada por alguns sites de museus, inclusive alguns museus virtuais, de que um museu é um edifício que comporta uma coleção, para deleite de seu público. Essa é uma concepção de museu enraizada no século XIX e que o movimento da Nova Museologia[2] questionou, contrapondo-a com uma nova concepção de museu que se baseia no patrimônio, de uma comunidade, estabelecida num determinado território. Ao reproduzir a configuração de um edifício, com todas as suas características, o museu virtual está reforçando o conceito de museu existente na mentalidade da maioria das pessoas. (Henriques, 2018:67)

[2] Durante o Ateliê Internacional Ecomuseu – Nova Museologia, ocorrido em Quebec em outubro de 1984, foi escrita A declaração de Quebec, onde foi instituído os princípios bases para a Nova Museologia: Essencial à Nova Museologia era a interdisciplinaridade que contrariava os saberes isolados e redutores, abrindo novos territórios à reflexão científica, empírica ou mesmo pragmática. O público, nesta perspectiva, deixava de ter um lugar fundamental nestes novos museus, para dar lugar à ideia de colaborador, de utilizador ou de criador. Mais importante do que observar, a nova Museologia propunha o ato de realizar, com suporte de reflexão e de intervenção. A ideia de trabalho coletivo integrava-se nesta atitude introduzindo a ideia de exposição museológica era, ou deveria ser, antes de mais nada, um processo de formação permanente e não mais o objeto de contemplação (Jesus, 2015: 31, apud Moutinho,1995:27).

O museu, pensado como um espaço minimamente palpável, é o lugar onde as pessoas vão quando estão de férias, visitando uma cidade, ou no passeio da escola. Então, esse espaço tem um formato já solidificado na memória das pessoas. No entanto, é importante pontuar que museus virtuais são museus e "um museu virtual já é um autêntico museu, ou seja, ele não precisa reproduzir fisicamente um museu para ser considerado um autêntico museu virtual" (Henriques, 2018:67).

Neste sentido, esta instituição, o Museu Digital – MD, embora tenha nascido há pouco tempo, é importante para a salvaguarda do patrimônio sobre o saber-fazer da utilização das ervas nos processos de cuidado e cura nos Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix, cidades do Recôncavo Baiano, campo da pesquisa. Para Cunha,

> [...] um MD voltado para a identificação, preservação e difusão de elementos referenciais relativos às memórias das diásporas negras, constitui-se como uma ferramenta de extrema importância nas políticas de afirmação das identidades afro-diaspóricas. (2012:242)

É importante também observar que esta instituição é única no seu formato de acessibilidade ao público: percepções cognitivas de tato e cheiro, por exemplo, serão performadas de acordo com as memórias dos sujeitos ao lhes ser apresentadas determinadas informações. Em uma exposição sobre as ervas, uma imagem com o chão do terreiro repleto de aroeira vai despertar no visitante uma memória olfativa dessa erva e de todos os processos existentes anteriormente para que se chegasse àquele momento.

Portanto, saliento ainda que as potencialidades em relação aos aspectos que um Museu Digital pode proporcionar em termos de difusão do patrimônio sobre o saber-fazer de utilização das ervas nos processos de cuidado e cura nos Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix são diversas, mas não iguais às dos museus físicos. E acreditamos estar aí o grande poder do Museu Digital: proporcionar uma experiência única de acesso a informações que, talvez, nunca pudéssemos experienciar. É também a desconstrução de um pensamento idealizado de um espaço que, para muitos, parece tão rígido e pouco acolhedor.

A partir da compreensão de que o Museu Digital tem uma grande potencialidade em termos de difusão das memórias afro-diaspóricas, busquei delinear um caminho que fizesse emergir a importância do compromisso dos profissionais das diversas áreas: museologia, história, educação, arqueologia em "abandonar a tarefa de falar pelos povos subalternizados, já que eles passam a poder falar por si em defesa dos seus próprios direitos políticos, sociais e culturais (Silva, 2012:268). O compromisso, portanto, deve ser o de trabalhar em conjunto, "com" e não "para" esses sujeitos.

Ademais, a existência de profissionais dessas áreas já é uma realidade entre os sujeitos que estão fazendo desse espaço digital um lugar em que as memórias africanas e afro-brasileiras estão sendo tratadas como elementos potencializadores de identificação, apropriação e transmissão de conhecimentos. Um lugar que possa promover o reconhecimento dos sujeitos negros que, durante séculos, tiveram sua história e memória negadas em espaços museológicos seculares.

Povos tradicionais de Terreiro na luta pela preservação da sua memória

As religiões de matrizes africanas prezam por reconhecer na natureza símbolos e simbologias para a manutenção da crença no sagrado, e é justamente por seguir essa premissa que o culto aos Orixás sobreviveu ao processo escravagista, visto que os negros chegaram de mãos vazias no que concerne ao material, ao palpável. No entanto, há de se considerar que é importante materializar essa fé em suportes, em imagens, em representações de crença, de Axé.

A materialização, criada a partir de suportes como as cadeiras estilizadas, que representam a hierarquia dentro da religião, pois para sentar nelas é preciso ter, ao menos, três anos de iniciada; das indumentárias com mais elementos, como uma roupa feita de rechilieu, confeccionada para mães e pais de santo; os adjás, atabaques e demais símbolos que são utilizados na religião e foram se acumulando e trazendo consigo a representação dos que se foram e que, além de deixarem sua memória, deixaram vestígios materiais.

Esses vestígios são responsáveis por contar uma história de fé e resistência, que para além da especificidade do candomblé, se inserem em uma historiografia de construção da nação brasileira. Mas, mesmo com toda participação dos sujeitos negros na história do Brasil, seja através de sua cultura e religiosidade, a inclusão destes elementos ocorreu de forma deturpada, em que toda contribuição que vinha do negro recebia a ênfase da inferioridade.

As teorias geneticistas, que classificaram os corpos através da biologização, através de elementos como cor da pele e os traços físicos, cruzando com traços psicológicos, morais e intelectuais onde os negros formavam a parte inferior, a que não tinha alma, a que precisava ser civilizada, foi a tônica do discurso das sociedades ocidentais (Munanga, 2003: 8).

E assim, quando são representados nos museus, os negros, sejam africanos ou afro-brasileiros, são os que não tem história, os que foram escravos, que carregavam as joias para demonstrar a riqueza dos seus senhores, os que podiam ser tratados como coisa, objetificados, desumanizados (Mbembe, 2018: 29).

A Coleção Museu da Magia Negra e o Museu Nina Rodrigues, nascidos a partir da apreensão de objetos de ritos religiosos, como candomblé e umbanda, assim como de restos mortais de cangaceiros, de fetos considerados anômalos, são exemplos desses museus.

De acordo com o pesquisador Luiz Gustavo Alves (2019: 2), "Os registros das expressões religiosas afro-brasileiras datam desde meados do século XVII, sendo enquadradas como crime a partir das Ordenações Filipinas, código vigente em Portugal, mesmo com o fim da União Ibérica durante o período colonial". Ele informa também que o direito à liberdade religiosa se configurou na primeira Constituição, em 1824, por Dom Pedro I.

Porém, essa foi uma conquista das elites protestantes, que não era vigente para os negros africanos, uma vez que a reunião destes era vista e configurada como uma possível revolta, como os malês e os haitianos. Alves (2019: 2-3) citando Almeida (2017) nos diz

que:

> [...] ao estudar as casas "de dar fortuna" - que seriam as casas de costumes e expressões religiosas africanas e afro-brasileiras -, a Polícia da Corte proibiu através do Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal de 1870, qualquer tipo de reunião de negros e negras, que pudesse ofender a moral e os bons costumes, e investiu esforços nas perseguições a qualquer tipo de ajuntamento negro. De acordo com a historiadora, o imaginário social da época fora construído de uma maneira que o medo às reuniões e revoltas negras, e consequentemente a essas casas, fossem extremamente eficaz para que se pudesse reprimi-las.

Com a lei a favor e os ideais de povos não civilizados atribuídos aos negros africanos, os médicos, advogados e demais sujeitos das elites delegavam para que a polícia reprimisse e apreendesse os objetos sagrados desses espaços religiosos. "Muitos destes espaços sagrados foram vilipendiados, seus membros foram para a delegacia e seus bens confiscados, durante as batidas policiais" (Alves, 2019: 3). Nessa conjuntura que as apreensões começam a ser realizadas e com isso dá-se início a formação do que viria a ser a Coleção Museu da Magia Negra.

De acordo com levantamento realizado em 1940, Amaral (2015: 35) citando Correa (200: 289) identifica alguns objetos que foram apreendidos pela polícia e que, posteriormente, formariam a Coleção Museu da Magia Negra, localizada no estado do Rio de Janeiro. Fazia parte da coleção "[…] tabaques, estatuetas de orixás, figas, vidros com despachos (ebós), vestimentas, velas, pedras, garrafas, cuias, anéis, cachimbos, charutos, flechas, imagens de santos, talismãs, leques, punhais, espadas, búzios, cruzeiros, palmatória, guias, etc."

Para Alves (2019: 3) ao imputar às reuniões de negros Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal, de 1870, e não considerar válida para eles a Constituição de 1824, instituída por Dom Pedro, que dá liberdade ao culto religioso, "[...] as apreensões tinham como finalidade o sumiço das tradições religiosas afro-brasileiras, ou pelo menos de sua cultura material". Apreender e hostilizar essas representações de Axé foi uma forma de minar essa religiosidade.

Essas ações tiveram efeito negativo durante muitos anos, fazendo com que, mesmo com o reconhecimento de patrimônio, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, assinado em 1938 por Rodrigo de Mello Franco, então presidente do órgão, a *Coleção Museu da Magia Negra* ainda ficasse até 2020 sobre a tutela do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Instituindo sobre esse acervo uma visão de marginalidade, onde o único espaço que lhe caberia era sob a tutela da polícia.

Após muitos protestos das comunidades de Terreiro no Rio de Janeiro, encabeçados por Mãe Meninazinha de Oxum, do Terreiro Ilê Omolu Oxum, foi assinado um termo de cessão e o acervo foi levado para o Museu da República, onde se encontra desde 21 de setembro de 2020. Recentemente, em 2023:

> O ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, assinou um convênio de pesquisa sobre objetos sagrados de religiões de matriz africana. O objetivo é conhecer melhor o acervo que tem 519 objetos apreendidos, como roupas, chapéus e atabaques, pela polícia do estado entre 1890 e 1946, e ampliar a coleção com a recuperação de outros artefatos. (Cardoso: 2023)

Por se tratar de um projeto político de repreensão das religiões de matriz africana, objetos semelhantes também formavam a coleção Museu Nina Rodrigues.

Desde a formação do museu, acredita-se (Sansi-Roca, 2007: 100) que o médico legista e etnógrafo, Raymundo Nina Rodrigues, pesquisador sobre a religiosidade de matriz africana, que defendia que os negros eram inferiores e sua religião proveniente de degeneração racial, reuniu objetos da apreensão policial e formou o Museu Antropológico Estácio de Lima, mais conhecido como Museu Nina Rodrigues, denominado assim por causa do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, onde o museu estava alojado.

No entanto, de acordo com Marcelo Cunha, em pesquisa realizada mais recentemente, em 2022, a Coleção não foi criada por Nina Rodrigues, e sim pela Faculdade de Medicina da Bahia. Neste sentido, o pesquisador informa que:

> No entanto, apesar de identificarmos ligações indiretas, não há evidência material e/ou documental que indique tal relação. Sua origem está articulada à Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e ao Departamento de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, como um contínuo da experiência de Nina Rodrigues, mas igualmente a um contexto maior, relacionado à formação em Medicina, na Europa e no Brasil, que considerava essencial a existência de "museus" e coleções científicas voltados para o auxílio prático ao ensino (Cunha, 2022: 34).

Independentemente de sua origem, a Coleção Museu Nina Rodrigues é voltada para estudar o negro e trazer informações das mais depreciativas possíveis. Alojadas junto a fetos e objetos de crime, as insígnias religiosas foram colocadas no nível do bizarro, do perigoso, do que merece um tratamento de estranheza e repreensão.

No ano de 2010, também sob muitos protestos para a retirada dos objetos do museu, o MAFRO – UFBA assumiu o acervo afro-religioso oriundo do Estácio de Lima. O museólogo Marcelo Cunha relata que "Durante muitos anos, a presença de objetos religiosos no espaço do Museu Estácio de Lima foi questionada por setores da sociedade civil, sobretudo aqueles ligados às religiões de matriz africana" (Cunha, 2022: 39).

A passagem do SPHAN para IPHAN, trouxe a perspectiva de inclusão, em que os patrimônios negro e indígena foram reconhecidos. Para a pesquisadora Leticia Julião (2006: 24), "Numa perspectiva pluralista, que objetivava democratizar a concepção e o acesso ao patrimônio cultural, o IPHAN passou a reconhecer a diversidade cultural do país

e os produtos do fazer popular como horizontes de sua atuação". Mas é importante salientar que o que parece ser uma iniciativa do órgão para uma perspectiva pluralista, é, na verdade, uma luta dos sujeitos negros para terem seus símbolos reconhecidos.

Museus de Terreiro: preservação da memória religiosa e cultural

Nesta luta por preservação de suas memórias, os terreiros começaram a criar seus próprios museus. Nesta perspectiva, estes espaços foram criados para serem lugares de exaltação desta cultura e religiosidade, em que a história dos sujeitos negros é contada de forma positiva. Eles sentiram a necessidade de trazer sua própria narrativa, destacar a trajetória das lideranças, pais e mães de santo, que dedicaram suas vidas aos Orixás, mostrar sua linhagem iniciática, sua matriz religiosa linguística, dentre outros fatores que atestavam que cada um é único e, portanto, precisa ter sua especificidade mostrada. Assim, a criação de Museus de Terreiro surge para difundir a história e preservar essa memória.

A história de construção dos museus de terreiros vai muito além de preservação de memórias, é sobre narrativas de resistência e de sobrevivência, apesar de todo um oceano no meio. É a compreensão de que, mesmo com todo o processo escravagista, esses sujeitos sobreviveram e criaram materialidade, criaram objetos que agora narram suas histórias.

Parece-me, também, que o Museu de Terreiro é uma passagem para o Museu Virtual de Terreiro, uma vez que, durante a pesquisa de campo, os dois terreiros que pude visitar e que tem museu, o Museu do Pé de Cajá – Terreiro Ilê Axé Oyó Nibecé e o Memorial Kisimbiê: Águas do Saber – Terreiro Mokambo, trazem como projeto futuro a criação de um museu digital.

O primeiro terreiro a idealizar e construir um museu foi o Ilê Axé Opô Afonjá. O Terreiro foi fundado por Eugênia Anna dos Santos, em 1910, em uma roça adquirida no bairro de São Gonçalo do Retiro, localizado no Cabula, em Salvador (BA). Em 1982, a então Yalorixá Stella de Oxóssi, falecida em 2018, junto a Oni Kówé, Vera Felicidade, criaram o Museu Ilê Ohun Lailai, que significa "Casa das Coisas Antigas", pois pretendeu contar a história do terreiro através de objetos antigos. O museu foi criado com o intuito de preservar na comunidade afrodescendente, através da religiosidade, a importância da história e da cultura Yorubá. O museu fica localizado no andar inferior da Casa de Xangô, dentro do terreiro.

Mãe Stella, como era mais conhecida, pensou na ideia do projeto de criação do museu em uma visita à Nigéria, quando conheceu três museus que inspiraram a criação do Lailai. Segundo ela:

> Um dos museus tinha uma proposta bem simples, contava a história da cidade por meio de objetos do dia a dia. Lembrei de todo o material que possuíamos, das roupas de Mãe Aninha, dos objetos de Mãe Senhora, tudo meio espalhado. Começamos a criar o Lailai a partir desta idéia – mostrar a evolução do candomblé a partir de nossa própria história. (Memorial do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá..., 2011)

Após o Ilê Ohun Lailai, outros terreiros inauguraram seus museus. Atualmente, existem museus de terreiro em algumas cidades e estados do Brasil, mas vou citar museus em terreiros localizados em Salvador e São Félix, esta última faz parte do perímetro da pesquisa. Assim, os Museus de Terreiro trazidos aqui são:

1. Memorial Mãe Menininha do Gantois – Terreiro do Gantois;
2. Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão – Terreiro São Jorge Filhos da Gomeia;
3. Memorial Lajoumin – Terreiro Oge Odo – Pilão de Prata.
4. Museu do Pé de Cajá – Terreiro Ilê Axé Oyó Nibecé;
5. Memorial Kisimbiê: Águas do Saber – Terreiro Mokambo;

Coadunando com Santos (2021: 108), acredito que:

> Todos estes Terreiros citados possuem atividades diretamente voltadas a manutenção dos Terreiros de Candomblé realizando atividades religiosas, Sociais e Culturais. E concentram a luta pelo respeito social e cultural; comprometidos na luta contra o racismo, a intolerância religiosa, o sexismo, o racismo estrutural e outras atividades que deflagram uma onda de sofrimento e tristeza em todos os seguidores do Candomblé e que com essas implantações de memoriais buscam dignificar suas ações e preservar suas tradições.

Museu Digital do Terreiro: preservação e difusão

A criação de um museu digital passa pela perspectiva de que este é um ambiente que a forma de administrar e gerir financeiramente é mais tranquila e mais econômica, pois não há a necessidade de um espaço físico, o qual gera muitos custos. Também traz a realidade de uma maior difusão, uma vez que é um ambiente virtual possível de ser acessado de qualquer aparelho, seja de celular, computador, tablet, desde que se tenha acesso à internet. O que nos faz acreditar que, em cidades que não tem museus ou em que a acessibilidade a estes é ruim, o museu digital será uma ferramenta muito preciosa e didática no ensino em sala de aula, mas também como entretenimento, lazer e aquisição de conhecimentos.

Porém, acredito que é possível ir além da concessão ao acesso e trazer parte deste público como um colaborador ativo, contribuindo para a constante construção e difusão do museu. Assim, busca-se um museu digital que trata da memória e herança patrimonial dos Povos Tradicionais de Terreiro que possibilite a participação dos sujeitos de terreiro. Partindo-se da premissa de Grada Kilomba:

> De repente, aquelas/es que, em geral, não são vistas/os tornam-se visíveis, enquanto aquelas/es sempre vistas/os tomam-se invisíveis. Aquelas/es usualmente silenciosas/os começam a falar, enquanto aquelas/es que sempre falam tomam-se silenciosos. Silenciosos não porque não conseguem articular suas vozes ou línguas, mas sim porque

não possuem aquele conhecimento. (Kilomba, 2019: 50)

O conhecimento dos sujeitos de terreiro sobre os usos das ervas no processo de cuidado e cura é primordial para a construção do Museu Digital Ewé Lati Wòsàn. Por isso, acredito na proposta de criação de museu com sistema colaborativo e de constante acréscimo, feito mediante um gerenciamento, para garantir que as informações recebidas deem prioridade as informações enviadas pelos religiosos das religiões de matriz africana, sujeitos detentores desses conhecimentos.

A criação de um Museu Digital aberto e colaborativo sobre o patrimônio do saber-fazer de uso das ervas a partir dos Povos Tradicionais de Terreiro possui um grande potencial, principalmente quando não há nenhum museu, seja físico ou virtual, que leve este conhecimento em consideração. A criação desse acervo e problematização dessa memória pretende desmistificar pensamentos racistas. Neste sentido,

> As tecnologias contemporâneas, aqui entendidas como geradoras de processos (sociais, identitários, de subjetivação) sugerem novos modos de saber, pensar e fazer, implicando uma reestruturação constante dos espaços educacionais, sociais, culturais, assim como espaços de produção de uma tecnopolítica da memória" (Silva, 2012: 266).

A criação e construção do Ewé Lati Wòsàn: Folha pra curar – Museu Digital, prima pela elevação do patrimônio e memória afro-diaspórica, construído de forma colaborativa por muitos orís, cabeças, muitas mãos, para que seja um espaço de compartilhamento dos saberes e fazeres desses sujeitos que são múltiplos, mas que têm uma história em comum: a preservação do uso das ervas como forma de cuidado e cura.

Ewé Lati Wòsàn: Folha pra curar

A pesquisa de doutorado da qual esse texto se baseia, intitulada "Ewé Lati Wòsàn: Folha pra curar – Museu Digital sobre a Memória do Saber-Fazer de utilização das Ervas como formas de cuidado e cura pelos religiosos de Terreiros de Candomblé nas Cidades de Cachoeira e São Félix", traz a proposta de criação de um museu digital de preservação da herança patrimonial Africana das práticas litúrgicas e comunitárias de saúde, perpetuadas por estes sujeitos.

Partindo do princípio de que a perpetuação desses saberes se deu de forma oral, passada de geração a geração, era preciso ouvir as vozes e narrativas dos sujeitos detentores desses conhecimentos e entender como eles e elas utilizam as ervas em seus Terreiros. O diálogo com estes sujeitos foi essencial para compreender como estes conhecimentos e práticas do uso das ervas foram empregados para o cuidado de si e do outro ao longo dos séculos, seja dentro ou fora do terreiro, já que a influência africana foi premissa na formação cultural e religiosa do Brasil.

A utilização das ervas no Candomblé é princípio fundamental em todas as dimensões e, como se diz, sem folha não tem Orixá. Assim, qualquer indivíduo que pertença ou chegue em um terreiro precisando de restabelecimento físico ou espiritual,

será direcionado para um banho com as ervas apresentadas no jogo de búzios ou no conhecimento que o Babalorixá ou Yalorixá apresentou. Elas também são utilizadas nas cerimônias de iniciação religiosa, de desencarne, o Axexê, dentre outras necessidades. Para todas essas funções, são utilizadas as diversas partes das ervas, como a sua raiz, o caule, folhas, flor, frutos e as suas sementes, promovendo a saúde e o tratamento das doenças. Para tanto, o uso do *Axé*, que é a energia primordial despertada para os iniciados, é emanada através das palavras aprendidas, realizando o encantamento das ervas, trazendo para elas o poder de prevenir, curar e restabelecer processos físicos e espirituais, restaurando o corpo como um todo, inibindo processos anômalos e equilibrando o *Orí*.

É importante salientar que, no candomblé, a compreensão sobre a ausência de saúde vai além dos campos biológicos ou sintomáticos, envolvendo também o campo social e espiritual, numa compreensão holística do sujeito, sendo as ervas primordiais para a restituição e melhora da saúde. Neste sentido, a transmissão desse conhecimento de geração a geração garantiu que essa memória fosse mantida e renovada. Logo, para o Povo de Santo, a utilização das ervas implica a garantia de que o resultado será alcançado, porque, além da fé, vem a comprovação, pois seus ancestrais já constataram sua atuação, seja no âmbito medicinal ou espiritual. Por isso, "Dentro da mística do Candomblé, religião de tradição africana de culto aos orixás, conhecer as folhas faz parte do fundamento religioso e da ligação homem – natureza – divindade" (Botelho, 2010: 1).

Realizar esta pesquisa sobre a memória do saber-fazer da utilização das ervas no cuidado e cura em Terreiros de Candomblés das cidades de Cachoeira e São Félix revigora a vontade dos sujeitos de falar e se orgulhar desse conhecimento, como foi enfatizado por alguns em entrevista. A criação do Museu Digital é uma forma de afirmar que este saber-fazer é extremamente importante e que existe uma epistemologia única praticada nos terreiros de candomblé, que também é ciência, que conseguiu preservar um vasto patrimônio sobre a utilização das ervas. Mas, acredito que a maior relevância dessa pesquisa é despertar esse orgulho nos sujeitos, principalmente a valorização das pessoas mais velhas, buscando, essencialmente, inspirar as gerações futuras.

A criação de um Museu Digital Colaborativo

O Ewé Lati Wòsàn: Folha pra curar – Museu Digital será composto por informações colhidas durante a pesquisa, incluindo o que compõe o levantamento teórico, como artigos desenvolvidos e a própria tese; e da pesquisa de campo, abrangendo as entrevistas, imagens, vídeos etc. Assim, a contextualização das cidades de Cachoeira e São Félix, bem como informações sobre os terreiros que colaboraram com a pesquisa, suas lideranças, Babalorixás e Yalorixás, serão exibidas em coleções, colocando-os no Mapa Rota das Folhas, que fará parte do Museu. Também será estruturada, em conjunto com uma/a profissional biólogo/a, fichas técnicas sobre as ervas, formando um banco de dados, onde será possível acessar as imagens e a taxonomia dessas ervas.

A construção um acervo sobre ervas utilizadas pelos Povos Tradicionais de Terreiro que conte com uma taxonomia com imagens, suas variações de espécime e uma catalogação com a nomenclatura de uso popular e científica, sobre suas formas de uso nos processos de cuidado e cura e local onde a erva foi encontrada é algo inédito. Assim, será

um espaço de produção e reprodução de conhecimentos, aberto ao público que desejar acessar.

De início, este será o formato pensado para o Museu:

- História de cada terreiro pesquisado + história de cada liderança + organograma dos cargos e linhagem no terreiro + glossário de palavras + indumentárias;
- Imagens já existentes no terreiro + imagens produzidas na pesquisa + vídeos já existentes no terreiro + vídeos produzidos na pesquisa;
- Catalogação de ervas utilizadas pelos(as) religiosos(as) em Terreiros de Candomblés das cidades de Cachoeira e São Félix como formas de cuidado e cura – imagem de cada erva informando nome científico, a que orixá é consagrada e para que é usada em âmbitos religioso, para a saúde etc, formando o Mapa Rota das Folhas;
- Catalogação dos documentos (Notas dos ebós, prescrições de trabalho de limpezas de corpo, comidas de Exús, Orixás, Caboclos etc.) sobre utilização das ervas em Terreiros de Candomblés das cidades de Cachoeira e São Félix como formas de cuidado e cura.

As coleções e acervos serão veiculados na web através do WORDPRESS, sistema de gerenciamento de conteúdos disponível livremente para download no endereço. Para a composição do banco de dados de todo o museu, será utilizado sistema como o Oracle Database ou MYSQL – que proporcionam aos usuários que editem dados, imagens, vídeos, arquivos em diversos formatos utilizando uma interface web simples e intuitiva para manutenção de seus Websites.

De acordo com Costa (2018: 188),

> Para usar esta plataforma, utiliza-se um browser, a partir de qualquer computador conectado à internet. Uma das características que torna a plataforma WORDPRESS apta para utilização neste projeto é o sistema de contas de usuários com permissões e hierarquia.

Como um Museu aberto e colaborativo, este sistema, que "[...] permite a um administrador criar contas de usuários e atribuir uma permissão para este" (Costa, 2018: 188), tem a condição exata para os objetivos almejados, que é manter os sujeitos muito próximos e interessados em serem parte da construção desse projeto.

Com a perspectiva e o incentivo à participação dos sujeitos, é preciso ter níveis de participação e permissão, um gerenciamento das informações disponibilizadas para que Museu alcance o objetivo que é proporcionar conhecimento sobre as ervas utilizadas em Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix nos processos de cuidado e cura.

A intenção inicial é utilizar o sistema de seis níveis de hierarquia e permissões, sugeridos por Costa, realizando testes e verificando a adequação do sistema. Assim, teríamos o

> [...] administrador, com acesso a todas as ferramentas de administração e configuração, sem restrições; o editor – pode publicar postagens, gerenciar suas e outras postagens, mas não têm acesso às configurações; autor – pode publicar suas postagens e gerenciá-las; colaborador – escreve postagens e as gerencia, mas depende de aprovação do administrador para que seus dados sejam visualizados pelos usuários; assinante – lê e escreve comentários, recebe atualizações do sistema via email e não depende de aprovação dos seus comentários; usuário não registrado – pode comentar postagens, mas está sujeito a aprovação (Costa, 2018: 188)

Com estas configurações iniciais, o Museu Digital poderá ser acessado amplamente, oferecendo os conhecimentos sobre os usos e propriedades medicinais das ervas utilizadas em terreiros para o cuidado e cura, configurando interface que possibilite uma utilização fluida e significativa, tanto para quem compartilha como para quem for acessar as informações disponibilizadas é de extrema relevância. Martins, Silva e Matta (2018: 48) ressaltam que, "Nesse sentido, aquele sujeito que visita o museu não assume apenas a postura de visitante, mas de participante ou colaborador", tendo a possibilidade de colaborar de forma qualificada, enviando informações sobre as ervas.

É também uma forma de trazer esse conhecimento de modo mais amplo, colaborando no combate ao racismo religioso, legitimando, através das narrativas dos sujeitos detentores desse conhecimento, o saber–fazer da saúde no campo da epistemologia afro-brasileira.

Tecendo algumas conclusões

Este artigo se propôs discutir sobre como o museu digital é uma importante ferramenta na preservação da memória dos Povos Tradicionais de Terreiro e, direcionando para a pesquisa, busca cumprir seu papel no que se refere à preservação e difusão do saber-fazer da utilização das Ervas em Terreiros de Candomblés das cidades de Cachoeira e São Félix, Recôncavo Baiano.

Considerando as epistemologias de Terreiro como essenciais para o cuidado da saúde da população negra, mas também de todas as pessoas que buscam estes espaços, é importante reconhecer que os terreiros recebem e sempre receberam pessoas que os buscam para o tratamento de diversas enfermidades.

Neste sentido, a construção de um Museu Digital, o Ewé Lati Wòsàn, que se propõe a preservar a memória de utilização das ervas no cuidado e cura, reivindicando a legitimidade do pensamento afrodescendente, se torna de extrema relevância como forma de reconhecer a importância dos sujeitos detentores de memórias ancestrais, bem como proporcionando orgulho ancestral para as gerações futuras.

Referências

Alves, Luiz Gustavo. 2019. *A Situação da "Coleção Magia Negra" e o Cenário dos Processos de*

Reconstituição de Objetos. APHUB-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife.

Amaral, João Paulo Pereira do. 2015. *Da Colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial*. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 166 f.

Brasil, 2022. "Aprovada nova definição de museu". *Notícias – Museu Nacional dos Povos Indígenas*. Acessado em setembro 29, 2023. https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2022/2022-noticias-durante-o-periodo-de-defeso-eleitoral/aprovada-nova-definicao-de-museu#:~:text=J%C3%A1%20a%20nova%2C%20aprovada%20por,a%20diversidade%20e%20a%20sustentabilidade

Botelho, Pedro Freire. 2010. *O Segredo das Folhas e os Rituais de Cura na Tradição Afro-brasileira*. VI ENECULT. Facom – UFBA – Salvador.

Cardoso, Rafael. 2023. *Acordo prevê ampliar o acervo de objetos de religiões afro-brasileiras*. Publicado em março 20, 2023. Repórter da Agencia Brasil – Rio de Janeiro. Acessado em setembro 29, 2023. https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/acordo-preve-ampliar-acervo-de-objetos-de-religioes-afro-brasileiras

Costa, Hildete Santos Pita. 2018. *Terreiro Tumbenci: Um patrimônio afro-brasileiro em um museu digital*. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Cunha, Marcelo Nascimento Bernardo da. 2012. Algumas considerações sobre museus digitais. In. Sansone, L. (Org.). *A política do intangível*: museus e patrimônios em nova perspectiva. Salvador: Edufba. 352 p.

Cunha, Marcelo Nascimento Bernardo da. 2022. "Primeiras notícias sobre a coleção Afro-Religiosa do Museu Antropológico Estácio de Lima". *Museologia & Interdisciplinaridade*, 11(22), 33-63. Acessado em setembro 19, 2023. https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/43747

Geledés. 2011. "Memorial do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá reabre na quarta-feira". Acessado em abril 17, 2024. https://www.geledes.org.br/memorial-do-terreiro-ile-axe-opo-afonja-reabre-na-quarta-feira/

Henrique, Rosali Maria Nunes. 2004. *Museus Virtuais e Cibermuseus*: a Internet e os Museus. Acessado em setembro 8, 2023. https://globalherit.hypotheses.org/museu-afrodigital-estacao-portugal/museus-virtuais-e-cibermuseus-a-internet-e-os-museus

Henrique, Rosali Maria Nunes. 2018. "Os museus virtuais: conceito e configurações". *Cadernos de Sociomuseologia* (vol. 55). n.12. p.53-70. Acessado em setembro 8, 2013. https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernossociomuseologia/article/view/6337

Jesus, Daniela Moreira de. 2015. *Museu e educação*: *uma experiência no museu afro-brasileiro da Universidade Federal da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 154 f.

Julião, Leticia. 2006. *Cadernos de Diretrizes Museológicas I*. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação Cultural/ Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional/

Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte.

Kilomba, Grada. 2019. "A máscara. Colonialismo, memória, trauma e descolonização". In: *Memórias da plantação*. Episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó. p.33-46.

Martins, Luciana Conceição de Almeida; Silva, Francisca de Paula Santos da; Matta, Alfredo Eurico Rodrigues. 2019. "Museu virtual Quilombo Cabula: educação dialógica para o turismo de base comunitária". *Revista da FAEEBA*: Educação e Contemporaneidade. vol.27, n.52, pp.44-59. Epub Julho 02, 2019. ISSN 0104-7043. https://doi.org./10.21879/faeeba2358-0194.2018.

Mbembe, Achille. 2018. "O sujeito racial". In: *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-01 Edições. p.27-28.

https://icom-portugal.org/2022/09/30/26a-conferencia-geral-do-icom-praga-20-26-de-agosto-2022/#:~:text=Praga%2C%2020%2D26%20de%20agosto%202022,-Posted%20by%20ICOM&text=O%20ICOM%20reuniu%2Dse%20em,e%2032%20comit%C3%A9s%20tem%C3%A1ticos%20internacionais

Monge, Maria de Jesus. 2022. *26ª Conferência Geral do ICOM*. Praga, agosto 20-26, 2022. Destaques – Notícias. Acessado em setembro 20, 2023. https://icom-portugal.org/2022/09/30/26a-conferencia-geral-do-icom-praga-20-26-de-agosto-2022/

Munanga, Kabengele. 2003. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional das Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, em novembro 05, 2003.

Sansi-Roca, Roger. 2007. "De armas do fetichismo a patrimônio cultural: as transformações do valor museológico do candomblé em Salvador da Bahia no século XX". In: Abreu, R.; Chagas, M. S.; Sepúlveda M. (Org.). *Museus, coleções e patrimônios*: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU.

Santos, Anselmo José da Gama. 2021. *Terreiro Mokambo, Ndanji Goméia (descendente da Goméia)*: Nguzo Malunda Bantu (a força da tradição Bantu) / Anselmo da Gama Santos. 142 f.

Santos, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; Lima, Fabio Rogério Batista. 2014. *Museu e suas tipologias*: o webmuseu em destaque. Inf. & Soc.: est., João Pessoa-PB, v.24, n.2, p.57-68, maio/ago.

São Paulo. Sistema estadual de Museus de São Paulo. 2022. *Nova Definição de Museus: o que muda?* Acessado em setembro 20, 2023. https://www.sisemsp.org.br/nova-definicao-de-museus-o-que-muda/#:~:text=A%20primeira%20vers%C3%A3o%20da%20defini%C3%A7%C3%A3o,maneiras%2C%20conjunto%20de%20elementos%20de

Silva, Jamile Borges da. 2012. "Museus on-line: longevidade e conservação digital da memória". In: Sansone, L. (Org.). *A política do intangível*: museus e patrimônios em nova perspectiva. Salvador: Edufba. 352 p.: il.2013, p.263/275.

Velame, Fabio Macêdo. 2012. *Arquiteturas da Ventura: Os Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix*. Volume I. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 239 f.

sobre a autora

Daniela Moreira de Jesus
Graduada e mestra em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA). Pesquisa os processos de cuidado e cura por meio das ervas em Terreiros nas cidades de Cachoeira e São Félix, Bahia, afim de preservar saberes e epistemologias ancestrais através da longevidade digital, tendo como escopo final da pesquisa a construção de um museu digital.

Autoria: A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Não houve financiamento.

Recebido em 16/05/2025
Aprovado para publicação em: 17/10/2025